

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CURSO DE ZOOTECNIA

JEAN CARLO C. NATEL

SIDNEIA DE PAULA

**RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE FOMENTO À
PISCICULTURA DA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PR**

**CURITIBA
2013**

**JEAN CARLO C. NATEL
SIDNEIA DE PAULA**



**RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE FOMENTO À
PISCICULTURA DA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PR**

Trabalho de Graduação apresentado
à disciplina de Piscicultura do Curso
de Graduação em Zootecnia da
Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Antônio
Ostrensky

**CURITIBA
2013**

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Disposição de alevinos de acordo com a quantidade previamente estipulada para cada inscrito.....	07
Figura 2. Despesca em propriedade	09
Figura 3. Transporte do pescado.....	09
Figura 4. Montagem da estrutura para Feira do Peixe Vivo	10
Figura 5. Viveiro assoreado, com diversas rachaduras e plantas invasoras, recorrentes do manejo inadequado.....	15

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Condições para pedido de alevinos	05
---	----

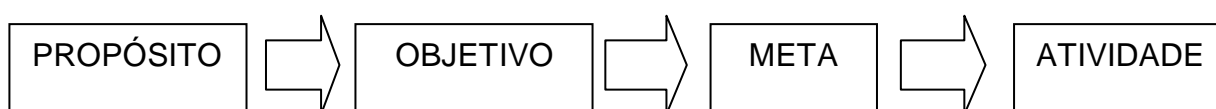
SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	04
2. APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA.....	05
3. OBJETIVO	11
4. DIAGNÓSTICO	12
5. PONTOS CHAVE ENCONTRADOS.....	14
6. O QUE SUGERIMOS.....	16
7. CONCLUSÃO	18
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	19
ANEXOS.....	21
Anexo A. Lei nº1.817 de 23 de Agosto de 2011.....	21
Anexo B. Ficha de Cadastro Geral do Produtor	26

1. INTRODUÇÃO

A adoção de políticas públicas é baseada na criação de programas sociais que atendam às necessidades da população/público alvo pelo gestor público, sendo que, neste caso, não consta o detalhamento das atividades a serem realizadas dentro de um cronograma, com orçamento específico, nem metas a serem atingidas a curto e longo prazo.

No desenho de um programa público, a sequência de importância de compromissos emerge da seguinte maneira:



A interpretação desses itens culmina na criação de um projeto, que através de um conjunto estipulado de atividades, reduz ou elimina um déficit ou soluciona problemas.

Um problema atual é o crescimento da população urbana nas últimas décadas e manter o produtor no campo é um desafio enfrentado por diversos municípios do país. Não longe desse entrave, a Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais criou o Programa de Piscicultura, na forma da Lei nº 1.817, de 23 de Agosto de 2011 (Anexo A), com intuito de fortalecer o homem do campo e manter seu desempenho e desenvolvimento social e econômico. Os objetivos principais almejados com a utilização da criação de pescado são:

- Criar alternativa de renda ao produtor;
- Incentivar o aumento da produção de peixes, fornecendo proteína de alto valor biológico para o consumo familiar, podendo ser comercializada principalmente na Feira do Peixe Vivo, promovida e organizada pela Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento;
- Aproveitar o potencial hídrico do município;

2. APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA

O programa tem seu início com a inscrição dos produtores rurais, que possuem o cadastro geral de produtor preenchido (Anexo B), e, mediante as condições expostas na Tabela 1, passam a ter direito a adquirir um número calculado de alevinos, de acordo com a capacidade do tanque/viveiro.

Tabela 1. Condições para pedido de alevinos
a) Efetuar o cadastro de produtor rural;
b) Entregar documentos pessoais dos residentes na propriedade;
c) Entregar documentos da propriedade;
d) Obrigatório o secamento do tanque / viveiro;
e) Será cobrada taxa de 20% do valor licitado do milheiro de alevinos
f) Período de inscrições: 01 de agosto a 15 de outubro

Inicialmente o produtor deve dirigir-se até as imediações da SEAB (Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São José dos Pinhais), que fica localizada na região central do município. Com isso, deve ser efetuado o cadastro do produtor rural, na qual são requisitados dados pessoais como: RG e CPF do produtor, CPF do cônjuge e demais pessoas que residam na propriedade. Além disso, são necessários documentos da propriedade como: ITR (Imposto Territorial Rural), INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – CCIR – CERTIFICADO DE CADASTRO DE IMÓVEL RURAL), matrícula do imóvel, CAD-PRO (Cadastro de Produtor Rural).

A única forma de restrição de adesão ao programa é o fato de ser necessário o vínculo do produtor ao Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). A cláusula é utilizada apenas como uma forma de favorecer o produtor rural, pois o foco do programa é apoiar a agricultura familiar. Até o momento não foi necessário aplicar este quesito para nenhum produtor, pois a demanda pelo programa, não exigiu a utilização desta ferramenta como forma de restrição ou limitante.

Após o preenchimento do cadastro, o produtor informa sobre as condições do tanque e é orientado a secá-lo para receber os alevinos, sendo que essa condição inicial é obrigatória. Com base no que foi apresentado pelo beneficiário, a Secretaria, através de seus funcionários, faz a conferência por meio de fotos aéreas sobre a metragem do tanque para posterior averiguação no local.

Com o encerramento das inscrições, iniciam-se o período de visitas técnicas feita pelos técnicos da SEAB e do Instituto EMATER (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural), que ocorre entre os meses de Outubro e Novembro. Na visita é feita uma confirmação dos dados coletados e conferência das condições gerais da propriedade e do tanque, sendo o esgotamento deste, uma exigência para que sejam realizadas: as medidas de tamanho, mensurar qual o número de alevinos que poderão ser recebidos e evitar possível presença de predadores. Caso esteja de acordo com estas condições mínimas solicitadas, que é estar com tanque seco, possuir condições de manejo, ter sistema de escoamento, o produtor encontra-se capacitado a receber no máximo dois (2) alevinos por metro quadrado de lâmina de água ou na totalidade de cinco (5.000) animais. As espécies fornecidas ao produtor são as seguintes: tilápia nilótica, carpa capim, carpa cabeça grande, carpa prateada e bagre jundiá.

A compra dos alevinos é feita pela SEAB via processo de licitação feita uma vez ao ano, onde as empresas concorrem entre si em um pregão e a vencedora tem o direito de fornecer os alevinos aos produtores. A licitação funciona pela modalidade chamada registro de preço, na qual a SEAB informa à empresa vencedora qual o número de alevinos que serão necessários, evitando assim possível desperdício na compra. O montante pode ser alterado conforme novos pedidos sejam solicitados.

A retirada dos alevinos é feita no mês de Dezembro em data e horários previamente definidos, onde estes se encontram dispostos em sacos plásticos em quantidade pré-determinada, como mostrado na Figura 1. Esta etapa ocorre na CLAC (Cooperativa de Laticínios Curitiba LTDA), na qual cada produtor já tem definido o número de alevinos que irá levar. O local é devidamente organizado e bem marcado com placas que definem as diferentes espécies e o número correspondente que há em cada pacote.



Figura 1. Disposição de alevinos de acordo com a espécie e a quantidade previamente estipulada para cada inscrito. Foto cedida pela SEAB – SJP, 2012.

Desde que a Lei foi promulgada, há um controle quanto ao repasse de alevinos aos produtores. Segundo a SEAB, no ano de 2009, foi entregue aos produtores de forma gratuita o montante de trezentos e cinquenta mil (350.000) alevinos sem cobrança ou expectativa alguma quanto à produção. Com a regulamentação da Lei em 2011, foi registrado total de vinte e quatro mil e novecentos (24.900) alevinos solicitados e no ano de 2012 o total de sessenta e três mil e oitocentos (63.800) alevinos distribuídos em duas etapas. No mês de Dezembro foram liberados quarenta e três mil e quatrocentos (43.400) e no mês de Fevereiro vinte mil e quatrocentos (20.400). O produtor deve arcar com 20% do valor do milheiro dos alevinos conforme espécie selecionada e o restante é financiado pela Prefeitura do município.

Caso seja necessária alguma visita técnica durante período produtivo, o agendamento se faz na própria Secretaria, que encaminha o pedido à EMATER, para que o atendimento seja realizado para sanar possíveis dúvidas e problemas. O produtor também tem acesso a cursos de aperfeiçoamento da produção e manejo

que devem ser solicitados pelo mesmo, e que são oferecidos uma (1x) ou duas (2x) vezes ao ano pela SEAB em parceria com o SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural).

No fim do ciclo produtivo (em torno de 15 a 16 meses), a despesca é realizada pelo próprio produtor, como mostrado nas Figuras 2 e 3, que possui a responsabilidade de transportar o animal até o destino da comercialização. Maior parte desta produção segue para a Feira do Peixe Vivo (Figura 4), evento que acontece anualmente, na Semana Santa, devido esta data ser caracterizada pela grande demanda por peixes neste período, a qual figura como principal forma de escoamento da produção. No ano de 2012 o produtor recebeu o equivalente a R\$ 9,50 por quilo pela venda do peixe vivo.

A organização da feira fica por conta da SEAB junto a outros órgãos responsáveis da Prefeitura, que fazem toda uma divulgação e marketing através de panfletos, propagandas em emissoras de rádio e TV. Também fica a cargo destes, a organização do local e de toda a estrutura necessária para recepção dos produtores e dos consumidores.

Outra forma alternativa é a venda para pesque pagues e feiras livres, as quais não exigem do produtor uma grande demanda e não mantém um compromisso fixo na aquisição de mais peixes. O valor recebido pelo produtor foi de R\$ 4,50 por quilo em 2012.

Neste último ano, houve a participação da cooperativa Coopescado Sul, que recentemente iniciou uma parceria junto a alguns produtores que participam do programa, na qual, tem o interesse em realizar a compra dos peixes cultivados, desde que sejam da espécie Tilápia (*Oreochromis niloticus*) e que o peso esteja, no mínimo, em torno de 800 gramas. Com isso o produtor não precisa se deslocar de sua propriedade para comercializar a sua produção e ainda conta com o apoio da Cooperativa que auxilia no momento da despesca. A Coopescado Sul pagou ao produtor o equivalente a R\$ 6,00 por quilo de tilápia vendida.



Figura 2. Despesca na propriedade. Foto cedida pela SEAB – SJP, 2012



Figura 3. Transporte do pescado. Foto cedida pela SEAB – SJP, 2012



Figura 4. Montagem da estrutura para Feira do Peixe Vivo. Foto cedida pela SEAB – SJP, 2012

3. OBJETIVO

O objetivo deste projeto consiste em avaliar as políticas públicas de fomento à piscicultura promovida pela Secretária Municipal de Agricultura e Abastecimento de São José dos Pinhais.

4. DIAGNÓSTICO

Neste item é feita uma análise das ações executadas pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento e que refletem nos produtores do município.

Após a promulgação da Lei de incentivo ao programa de piscicultura no ano de 2011, como parâmetro regulatório de adesão, apenas 47 produtores foram atendidos (sendo 22 no ano de 2011 e 25 em 2012). Esta demanda não condiz ao número total de produtores do município, segundo a própria SEAB, dado confirmado pelo CENSO AGROPECUÁRIO realizado em 2006 indica a presença de 2904 estabelecimentos agropecuários, sendo que destes 783 proprietários declararam possuir tanques, lagos, açudes próprios para exploração da aquicultura (IBGE, 2006).

Devido à falta de qualificação educacional e profissional, os produtores não conseguem compreender e/ou desempenhar inúmeras atividades, o que dificulta na percepção da importância da realização e sucesso de varias etapas dentro de um processo de produção. A baixa escolaridade e a falta de perspectiva profissional acabam refletindo na baixa qualidade técnica do produtor que não desempenha um papel satisfatório dentro da atividade proposta. O uso da cartilha simplificada é um bom veículo informativo, para sanar possíveis duvidas dos produtores quanto a uma etapa importante do processo que é o momento da soltura de alevinos, porém o conteúdo necessita de adequações por conter alguns pontos incorretos.

No caso do programa o produtor fica restrito a receber uma visita de averiguação inicial, na qual os técnicos da SEAB em parceria com o Instituto EMATER, apenas indicam se o viveiro reúne condições mínimas para receber os alevinos. Posteriormente o produtor poderá solicitar um técnico caso ocorra algum problema no decorrer da produção. A SEAB também oferece como alternativa de aumentar o conhecimento na área da produção de peixes, cursos ministrados pelo SENAR 1x ou 2x por ano. Porém, estas ações dependem da iniciativa dos produtores que por omissão ou falta de conhecimento acabam não utilizando este artifício. São necessárias maiores ações de incentivo à qualificação dos produtores de forma que venham a colaborar e alterar a realidade da produção.

Os produtores são responsáveis por realizar a despesca, exigindo grande mão de obra nesta etapa. Parte da família do produtor é convocada a fazer a despesca, quando não é contratada alguma mão de obra temporária para realizar

este serviço. Conforme o viveiro é esgotado, a rede é lançada para capturar os peixes, muitas vezes em condições adversas, o que dificulta todo o processo. Este é um fator extremamente inconveniente que pode ser preponderante quanto à adesão e continuidade de uma série de produtores.

O processo de escoamento tem início na propriedade quando o produtor define qual será o público alvo da venda de sua produção. No caso da Feira do Peixe Vivo, que é atualmente a principal forma de escoamento, o produtor deve utilizar próprio transporte, pois a SEAB não auxilia na logística. Esta etapa exige certo empenho por parte do produtor, que tem de encontrar uma forma adequada de levar os peixes vivos até à feira. Também fica a cargo deste, a venda dos peixes ao consumidor no dia do evento. Ou seja, o produtor necessita participar de inúmeras etapas da produção, do início até o destino final do produto, sendo que em muitas vezes, não possui aporte técnico e logístico para desempenhar tantas funções.

A feira do Peixe Vivo é realizada durante a Semana Santa, na qual a demanda por peixes aumenta em todo país, e o evento torna o acesso à proteína do pescado mais fácil aos moradores do município, sendo que no último ano, segundo a SEAB, foram comercializados cerca de 9000 kg de peixe, o que contribuiu para aumentar o consumo per capita que é de 9,75 kg/habitante/ano (Ministério da Pesca e Aquicultura).

Uma alternativa que surgiu como forma de escoamento foi a recente participação da Cooperativa Coopescado Sul, que se responsabiliza por retirar os peixes da propriedade onde é feita a pesagem. A SEAB entende como positiva esta aliança entre produtor e cooperativa, e pretende fortalecer e incentivar esta forma de comercialização.

5. PONTOS CHAVE ENCONTRADOS

Dentre os problemas e ações analisados, podemos destacar os seguintes pontos:

1) Como não há definição concreta acerca do funcionamento do programa, com a descrição das atividades, metas e objetivos específicos, as ações coordenadas são adaptadas e com objetivos não muito claros, sendo este o princípio fundamental onde todos os outros entraves encontram-se inseridos.

2) Em vista das ações tomadas para execução do programa, podemos listar os parâmetros:

Pontos Negativos

- ✓ Baixa efetividade do programa em relação ao número de produtores atendidos a cada ano;
- ✓ Dificuldade técnica por parte dos produtores em compreender o manejo adequado da atividade piscícola;
- ✓ A falta de conhecimento de técnicas de manejo afeta diretamente na produtividade;
- ✓ A falta de capacitação técnica influi na dificuldade de se cumprir as exigências descritas;
- ✓ Falta de apoio e/ou ausência de mão de obra no momento da despesca;
- ✓ O escoamento da produção é limitado a poucas opções, sendo a principal a Feira do Peixe Vivo;
- ✓ Fato de a Lei limitar e não incentivar o produtor, quanto a um possível aumento na produção e também enumerar diversos artigos penalizando financeiramente o produtor caso haja ocorrência alguma falha em sua participação em algumas etapas do processo;



Figura 5. Viveiro assoreado, com diversas rachaduras e plantas invasoras, decorrentes do manejo inadequado. Foto cedida pela SEAB – SJP, 2012

Pontos Positivos

- ✓ O uso de orientações simplificadas, como a cartilha desenhada com orientações para soltura dos alevinos;
- ✓ Quando solicitado o apoio técnico é sempre presente, sendo que os responsáveis técnicos da SEAB e EMATER buscam soluções para as dificuldades levantadas;
- ✓ A atividade piscícola proporciona uma fonte de renda alternativa e fornece proteína de alto valor biológico para as famílias;

6. O QUE SUGERIMOS

A partir da análise realizada, constatamos a necessidade da implantação de um conjunto de atividades ou de condições que delimitem e favoreçam o alcance das metas pré-definidas, ao mesmo tempo em que atendam a legislação, ou seja, a escrituração do programa é essencial. No estabelecimento desse conjunto de atividades, podemos incluir os seguintes aspectos:

- A redefinição e implementação do programa como uma importante ferramenta estratégica. Esta mudança propiciaria uma melhor utilização por parte da SEAB, que poderia adequar-se as necessidades dos produtores e atender melhor todo o processo;
- Orientar os produtores quanto às condições necessárias e ideais de manejo, a fim de evitar perdas produtivas, fazendo o uso de treinamento/capacitação como uma medida inicial para o ingresso no programa;
- Criar uma cartilha simplificada, englobando o manejo a ser feito em etapas cruciais da produção, como na soltura e despesca, evitando a perda de animais e garantindo a qualidade do produto;
- Fazer uso de indicadores de desempenho para acompanhamento e progressão da produção de cada participante, com orientações para pesagem de amostras aleatórias do tanque, pesagem de ração utilizada para cálculo de índices zootécnicos;
- Formalizar e ampliar convênios e parcerias com instituições tecnológicas para orientações nas etapas de produção, proporcionando o acompanhamento e assistência ao produtor quando solicitado;
- Fortalecer e incentivar a recente parceria entre os produtores e a Cooperativa (Coopescado Sul), de forma a aumentar a comercialização e escoamento da produção, proporcionando benefícios a todos os envolvidos.

- Fazer levantamento econômico sobre os custos de produção da piscicultura no município, para fazer comparativo com outras regiões que são potenciais competidores no mercado;
- Maior participação e colaboração da SEAB em etapas cruciais da produção, na qual os produtores ficam aleatórios quanto a tomada de decisões;

7. CONCLUSÃO

De acordo com a avaliação efetuada, verificou-se que há necessidade da implementação e redefinição do programa de piscicultura coordenado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Município de São José dos Pinhais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALA-HARJA, M., HELGASON, S., **Em direção das melhores práticas de avaliação.** Revista Serv. Público ano 51 n°4, 2000.

COSTA, F. L., CASTANHAR, J. C., **Avaliação de programas públicos: Desafios Conceituais e metodologia.** Revista Adm. Pública, 37 (5) 962-992, set/out, 2003.

TREVISAN, A. P., VAN BELLEN, H. M., **Avaliações das políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção.** Revista Adm. Pública, 42 (3) 529-550, mai/jun de 2008.

CUNHA, C. G. S. **Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil.** Disponível em: <http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper29.pdf>. Acesso em 04/07/20113.

Manual de formulação e avaliação de projetos sociais. CEPAL/OEA/CENDEC, 1997. Disponível em http://www.ssc.wisc.edu/~jmuniz/CEPAL_manual%20de%20formulacao%20e%200avaliacao%20de%20projetos%20sociais.PDF
Acesso em 09/07/2013.

Relatório de avaliação da execução de programas de governo n°3 – Construção de Cisternas para armazenamento de água. CGU, Secretaria Federal de Controle Interno, Brasília, outubro 2011. Disponível em <http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/RavCisternas/Arquivos/RavCisternas.pdf>.
Acesso em 05/07/2013.

Relatório de Auditoria em Ações de programa de desenvolvimento sustentável da Aquicultura. TCU, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, Brasília, 2007. Disponível em http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/programas_governo

[/areas_atuacao/agricultura/Aq%C3%BCultura_Relat%C3%B3rio_%20Final_intr_anet.pdf](#). Acesso em 11/07/2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Sistema de bibliotecas. **Relatórios**. Curitiba: Ed. UFPR, 2007. (Normas para apresentação de documentos científicos, 5)

SEBRAE SP. **Páscoa incentiva consumo de pescado**. Notícia. Disponível em www.sebraesp.com.br/index.php/21-noticias/comercio/3284-pascoa-incentiva-consumo-de-pescado. Publicado em 05/04/2012. Acesso em 06/07/2013

IBGE. **CENSO AGROPECUÁRIO 2006**. Disponível em www.ibge.org.br. Acesso em 06/07/2013.

ANEXOS**Anexo A**

Cópia da Lei nº 1.817 de 23 de Agosto de 2011.

Anexo B

Ficha de Inscrição e informações a serem apresentadas para cadastro geral de produtores.